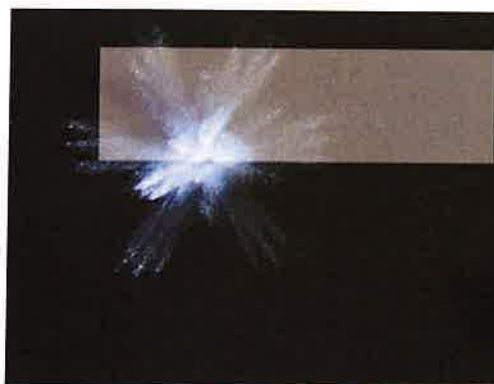




# Relatório e Contas 2018

Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

maio 2019





# Índice

<b>A Empresa .....</b>	<b>1</b>
<b>Relatório de Gestão .....</b>	<b>2</b>
<i>Atividade Global da Willis Towers Watson .....</i>	<i>2</i>
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício .....</i>	<i>2</i>
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício .....</i>	<i>3</i>
<i>Outras Disposições Legais .....</i>	<i>3</i>
<i>Proposta de Aplicação de Resultados .....</i>	<i>3</i>
<b>Balanços .....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração dos Resultados por Naturezas .....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração das Alterações no Capital Próprio .....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa .....</b>	<b>7</b>
<b>Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados .....</b>	<b>8</b>
1. <i>Nota introdutória .....</i>	<i>8</i>
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....</i>	<i>8</i>
3. <i>Principais políticas contabilísticas .....</i>	<i>9</i>
3.1 <i>Bases de apresentação .....</i>	<i>9</i>
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis .....</i>	<i>9</i>
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros .....</i>	<i>10</i>
3.4 <i>Locações .....</i>	<i>11</i>
3.5 <i>Rédito .....</i>	<i>11</i>
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento .....</i>	<i>12</i>
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira .....</i>	<i>12</i>
3.8 <i>Provisões .....</i>	<i>12</i>
3.9 <i>Benefícios pós-emprego .....</i>	<i>13</i>
3.10 <i>Especialização de exercícios .....</i>	<i>13</i>
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes .....</i>	<i>13</i>
3.12 <i>Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas .....</i>	<i>13</i>
4. <i>Fluxos de caixa .....</i>	<i>14</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis .....</i>	<i>14</i>
6. <i>Locações .....</i>	<i>15</i>
7. <i>Clientes .....</i>	<i>16</i>
8. <i>Impostos sobre o rendimento .....</i>	<i>16</i>

9. Sócios .....	17
10. Outras contas a receber .....	18
11. Diferimentos ativos .....	18
12. Instrumentos de capital próprio .....	19
13. Passivos financeiros .....	19
14. Estado e outros entes públicos .....	20
15. Outras contas a pagar .....	20
16. Vendas e serviços prestados .....	21
17. Fornecimentos e serviços externos .....	21
18. Gastos com o pessoal .....	22
19. Provisões .....	23
20. Outros gastos e perdas .....	23
21. Juros e rendimentos similares obtidos .....	23
22. Partes relacionadas .....	23
23. Divulgações exigidas por diplomas legais .....	25
24. Acontecimentos após a data do Balanço .....	29

## A Empresa

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, (adiante designada "TW(P)" ou "empresa") uma empresa do Grupo Willis Towers Watson, exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

Desenhamos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizam os benefícios, promovem o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre os talentos, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho do negócio.

A forte focalização no cliente, a ênfase no trabalho de equipa, uma integridade inabalável, o respeito mútuo e um constante esforço pela excelência são os principais valores onde assenta a riqueza da história da Willis Towers Watson. Estes valores irão continuar a definir a nossa abordagem ao negócio e a nossa relação com os nossos clientes, tanto no presente como no futuro.

O ano fiscal da TW(P) é coincidente com o ano civil, ou seja, o exercício económico compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.



# Relatório de Gestão

## Atividade Global da Willis Towers Watson

O ano de 2018 terminou com excelentes resultados globalmente, confirmando assim a consolidação das nossas operações e o aumento dos nossos proveitos na maioria das nossas regiões e segmentos. Face ao ano anterior, os proveitos globais da Willis Towers Watson cresceram cerca de 5%, em linha com o que seria expetável, proporcionando um impacto positivo nos nossos clientes.

No ano fiscal de 2018, o nosso focus assentou essencialmente no crescimento, na rentabilidade e no cliente, sendo este último o nosso principal ponto de incidência.

## Evolução da Empresa e Análise do Exercício em Portugal

Relativamente ao exercício em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 7.465.239 euros, tendo-se verificado um acréscimo de cerca de 9% face ao exercício anterior. A principal causa para esta variação tem a ver com o acréscimo das exportações do trabalho da equipa do Lisbon Service Centre. O trabalho desenvolvimento passou a ser efetuado para outros países, aumentando o leque geográfico de países para onde já trabalhávamos.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 5.091.577 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 3.920.252 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.051.725 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros rendimentos e ganhos são essencialmente constituídos por diferenças de câmbio favoráveis no montante de 108.279 euros.

Os outros gastos e perdas, no montante de 63.854 euros, são referentes, na sua maioria, a impostos.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante de 71.120 euros em 31 de dezembro de 2018.

## Perspetivas para o Próximo Exercício

Com base nas projeções para o período de 2019-2021, a economia Portuguesa deverá continuar a crescer, mas a um ritmo ligeiramente mais brando do que nos últimos anos. A procura externa terá uma tendência de crescimento, o que, no nosso caso específico, poderá traduzir-se num aumento na prestação de serviços para a União Europeia e também para o Reino Unido, embora ainda por definir as condições a adotar para a sua saída da União Europeia.

Espera-se que o volume de negócios da TW(P) para o próximo ano aumente ligeiramente face ao ano de 2018. As projeções da economia Portuguesa demonstram uma trajetória de crescimento, embora em desaceleração, mas mantendo-se favorável ao desenvolvimento de negócio.

## Outras Disposições Legais

De acordo com as disposições legais em vigor informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos ou de contribuições para a Segurança Social;
- A Empresa não movimentou nem detinha qualquer número de quotas próprias no final do exercício;
- Não se verificaram negócios entre a Empresa e a sua Gerência.

## Proposta de Aplicação de Resultados

A Gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2018 e, propõe também, que o resultado líquido do exercício de 71.120 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 71.120 euros - Resultados transitados

Lisboa, 8 de maio de 2019

A Gerência

# Balanços

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1.839.664	157.864
Outros ativos financeiros	4	19.439	19.439
Total do ativo não corrente		1.859.103	177.303
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	7	875.421	1.085.550
Sócios	9	6.669.248	7.713.914
Estado e outros entes públicos	14	-	57.189
Outras contas a receber	10	1.032.368	330.980
Diferimentos	11	276.013	51.977
Caixa e depósitos bancários	4	314.645	256.048
Total do ativo corrente		9.167.694	9.495.658
<b>Total do ativo</b>		<b>11.026.797</b>	<b>9.672.960</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31 dezembro 2018</b>	<b>31 dezembro 2017</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reserva legal	12	20.000	20.000
Resultados transitados		7.224.270	6.938.273
		8.123.207	7.837.210
Resultado líquido do exercício		71.120	285.997
<b>Total do capital próprio</b>		<b>8.194.327</b>	<b>8.123.207</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	326.236	307.843
Estado e outros entes públicos	14	240.232	194.801
Outras contas a pagar	15	2.266.002	1.043.739
Diferimentos		-	3.371
Total do passivo corrente		2.832.470	1.549.753
<b>Total do passivo</b>		<b>2.832.470</b>	<b>1.549.753</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>11.026.797</b>	<b>9.672.960</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência



# Demonstrações dos Resultados por Naturezas

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Vendas e serviços prestados	16	7.465.239	6.844.032
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.051.725)	(1.612.521)
Gastos com o pessoal	18	(5.091.577)	(4.526.448)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	(5.787)	(26.594)
Outros rendimentos e ganhos	19	110.867	-
Outros gastos e perdas	20	(63.854)	(146.767)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>363.162</b>	<b>531.702</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(186.383)	(93.764)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>176.778</b>	<b>437.938</b>
Juros e proveitos similares obtidos	21	567	907
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>177.345</b>	<b>438.845</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício			
- Imposto corrente	8	(106.225)	(152.848)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>71.120</b>	<b>285.997</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência



# Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2016		100.000	778.937	20.000	6.286.365	651.908	7.837.210
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2016:							
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	651.908	(651.908)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	285.997	285.997
Saldo em 31 de dezembro de 2017		100.000	778.937	20.000	6.938.273	285.997	8.123.207
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2017:							
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	285.997	(285.997)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	71.120	71.120
Saldo em 31 de dezembro de 2018		100.000	778.937	20.000	7.224.270	71.120	8.194.327

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A. Gerência



# Demonstrações de Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)

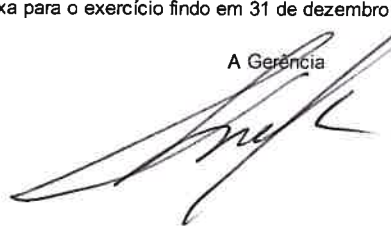
	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		7.014.859	7.749.175
Pagamentos a fornecedores		(2.274.568)	(1.891.771)
Pagamentos ao pessoal		(5.050.065)	(4.447.486)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(309.775)</b>	<b>1.409.918</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(10.128)	(457.236)
Outros recebimentos / pagamentos		(2.134)	(136.364)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>(322.036)</b>	<b>816.317</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(664.599)	(37.202)
Empréstimos concedidos a Sócios		(22.854.702)	(7.175.102)
		(23.519.301)	(7.212.304)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		567	907
Empréstimos concedidos a Sócios		23.899.368	6.476.549
		23.899.934	6.477.456
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>380.633</b>	<b>(734.849)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-	(30)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>-</b>	<b>(30)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>58.597</b>	<b>81.439</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	4	256.048	174.609
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	4	314.645	256.048

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência



# Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

## 1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Towers Watson" ou "Sociedade"), uma empresa inserida no Grupo Willis Towers Watson ("Grupo") é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal ("Ex-Sucursal"). A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área dos serviços financeiros, das pessoas e do risco e consultoria em seguros e pensões.

No exercício de 2018, a Sociedade alterou a sua sede social para a Rua Barata Salgueiro, nº 33 - 7º em Lisboa.

A Sociedade, no âmbito da sua atividade de consultoria de seguros, encontra-se regulada e supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 1/2015 de 6 de janeiro, que aprova os estatutos da ASF, identificando a atribuição desta entidade em supervisionar e regular a atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros e de fundos de pensões, bem como as atividades conexas ou complementares daquelas.

Em 2016 a Sociedade alterou o seu exercício económico para um período de doze meses findo em 31 de dezembro de cada ano.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro e as normas interpretativas, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por "NCRF".



### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as NCRF.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período estimado de vigência do respetivo contrato de arrendamento.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

### 3.3 Ativos e passivos financeiros

A Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

a) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

b) Clientes, Sócios e Outras contas a receber

Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de Fornecedores e de Outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

#### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".



### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

### 3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A receita da Sociedade é essencialmente proveniente de projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo e outros clientes.

O rédito proveniente da prestação de serviços de consultoria e de mediação de seguros é reconhecido com base nos seguintes critérios, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

### Honorários de consultoria

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de consultoria de acordo com o método da percentagem de acabamento da transação/serviço.

### Prestação de serviços de mediação de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de mediação de seguros (comissões) na data de início do período das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.



### 3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam aprovadas à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

### 3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.9 Benefícios pós-emprego – Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como “Gastos com o pessoal” no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

### 3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas “Diferimentos”, “Outras contas a receber” ou “Outras contas a pagar”.

### 3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

O principal juízo de valor crítico identificado, bem como a principal fonte de incerteza, prende-se com o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.



#### 4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se conforme segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Numerário	608	578
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	314.037	255.470
	<u>314.645</u>	<u>256.048</u>

Adicionalmente, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º n.º 1 alínea d) e do artigo 42º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de julho. O referido montante foi atualizado para 18.760 euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquele depósito, que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascende a 19.439 euros (incluindo juros), não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que se encontra registado na rubrica "Ativo não corrente – Outros ativos financeiros".

#### 5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018			
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	400.894	409.787	10.110	820.791
Aquisições	1.464.602	421.829	-	1.886.431
Abates	(129.274)	(59.799)	(3.489)	(192.563)
Saldo final	<u>1.736.222</u>	<u>771.817</u>	<u>6.621</u>	<u>2.514.660</u>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo inicial	357.937	294.881	10.110	662.928
Amortizações do exercício	112.888	73.496	-	186.383
Abates	(122.114)	(48.713)	(3.489)	(174.316)
Saldo final	<u>348.710</u>	<u>319.664</u>	<u>6.621</u>	<u>674.996</u>
<b>Ativos líquidos</b>	<u>1.387.511</u>	<u>452.153</u>	<u>-</u>	<u>1.839.664</u>

31 de dezembro de 2017

	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	400.894	376.243	10.110	787.247
Aquisições	-	33.544	-	33.544
Saldo final	400.894	409.787	10.110	820.791
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo inicial	314.286	246.512	8.366	569.164
Amortizações do exercício	43.651	48.369	1.745	93.764
Saldo final	357.937	294.881	10.110	662.928
<b>Ativos líquidos</b>	42.957	114.906	-	157.864

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade desde outubro de 2018. O espaço utilizado pela Sociedade encontra-se abrangido por um contrato de arrendamento, com uma duração de 10 anos e renovável automaticamente por um período único de três anos. As obras encontram-se a ser depreciadas pelo período do contrato.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas em exercícios anteriores no edifício onde a Sociedade tinha instalado os seus escritórios e onde desenvolveu a sua atividade até outubro de 2018. Os espaços utilizados pela Sociedade (dois) encontravam-se abrangidos por dois contratos de arrendamento, os quais foram renegociados em 2013, com uma duração de 56 e 54 meses, renováveis automaticamente por períodos de três anos. As obras foram depreciadas pelo período daqueles contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram desreconhecidos os ativos relacionados com o anterior escritório da Sociedade, os quais geraram um gasto no montante de 18.247 euros (Nota 20).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

## 6. Locações

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em euros.



Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	31-12-2018	31-12-2017
Até 1 ano	677.452	275.813
Entre 1 ano e 5 anos	3.030.544	205.129
A mais de 5 anos	2.014.878	-
	<u>5.722.874</u>	<u>480.942</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascende a 419.638 euros e 376.597 euros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Clientes gerais	559.179	563.027
Clientes - empresas relacionadas (Nota 22.3)	361.908	562.402
	<u>921.087</u>	<u>1.125.429</u>
Imparidade para clientes	(45.666)	(39.879)
	<u>875.421</u>	<u>1.085.550</u>

Os reforços líquidos de imparidade ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes de 5.787 euros e 26.594 euros, respetivamente, foram registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de dívidas a receber".

## 8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% acrescido de derrama municipal anual à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, conduzindo a uma taxa agregada de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os lucros tributáveis estiveram sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do CIRC, aplicável ao montante de lucro tributável da seguinte forma: a) de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros aplica-se a taxa de 3%, b) de mais de 7.500.000 euros até 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 5% e c) superior a 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 9% (7% em 2017).

A Sociedade encontra-se ainda sujeita à tributação autónoma de um conjunto de despesas previamente definidas na legislação aplicável.



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o imposto sobre o rendimento do exercício apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Imposto corrente		
Estimativa de imposto	113.897	152.848
Excesso de imposto de anos anteriores	(7.672)	-
	<u>106.225</u>	<u>152.848</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Resultado antes de impostos	177.345	438.845
Taxa de IRC aplicável	22,50%	22,50%
Imposto esperado	<u>39.903</u>	<u>98.740</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(32.912)	(32.738)
Imparidade não aceite fiscalmente	1.302	5.984
Depreciações não aceites fiscalmente	419	912
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	7.246	5.856
Outros	14.111	9.991
Tributação autónoma	<u>83.829</u>	<u>64.103</u>
Imposto registado	<u>113.897</u>	<u>152.848</u>
Taxa efetiva	64,22%	34,83%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo de benefícios fiscais respeitava à dedução ao rendimento do benefício gerado com a criação líquida de emprego.

## 9. Sócios

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica incluía os montantes de 6.669.248 euros e 7.713.914 euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos ao Grupo num sistema de "cash pooling". Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o empréstimo concedido vencia juros a taxas de mercado e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de janeiro de 2019 e 1 de janeiro de 2018, respetivamente, sendo renovado automaticamente.



## 10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Acréscimo de rendimentos	1.030.684	330.980
Outros	1.684	-
	<u>1.032.368</u>	<u>330.980</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Acréscimo de rendimentos” dizia respeito à especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria desenvolvidos pela Sociedade que se encontravam em curso naquelas datas. Aqueles saldos encontram-se líquidos da imparidade registada pela antiguidade dos valores em curso (Nota 3.5), nos montantes de 207.025 euros e 104.268 euros, respetivamente, e de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica acima referida incluía os montantes de 833.018 euros e 261.919 euros, respetivamente, relativos à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu durante os trimestres que ocorreram após aquelas datas (Nota 22.3).

## 11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Gastos a reconhecer:		
Cauções	191.893	-
Rendas	57.675	23.611
Outros gastos com pessoal	17.099	16.745
Outros serviços	4.544	6.763
Serviços especializados	3.800	3.800
Deslocações e estadas	1.002	301
Seguros	-	757
	<u>276.013</u>	<u>51.977</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Gastos a reconhecer - Cauções” corresponde a quatro rendas pagas pela Sociedade, a título de caução, no âmbito do contrato de arrendamento das novas instalações.

## 12. Instrumentos de capital próprio

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited, sociedade com sede no Reino Unido.

### Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prémios de emissão ascendem a 778.937 euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a reserva legal ascendia a 20.000 euros, perfazendo os 20% do capital social exigidos legalmente.

### Aplicação de resultados

Conforme deliberado nas reuniões de Assembleia Geral realizadas em 13 de abril de 2018 e 13 de abril de 2017, os resultados líquidos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos montantes de 285.997 euros e 651.908 euros, respetivamente, foram transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

## 13. Passivos financeiros

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 22.3)	322.424	280.558
Fornecedores - conta corrente	3.812	27.285
	<u>326.236</u>	<u>307.843</u>

## 14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017	
	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Pagamentos por conta	(63.834)	197.908	-
Estimativa de imposto (Nota 8)	113.897	(152.848)	-
Retenções na fonte	11.086	974	-
	<u>61.149</u>	<u>46.034</u>	<u>-</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	52.349	-	53.322
Imposto sobre o valor acrescentado	43.699	-	55.428
Contribuições para a Segurança Social	83.034	11.155	86.051
	<u>240.232</u>	<u>57.189</u>	<u>194.801</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se aos meses de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente. Os montantes de Imposto sobre o Valor Acrescentado referem-se aos meses de novembro e dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

Em agosto de 2016 a Sociedade foi notificada da instauração de um processo de execução fiscal pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, tendo em vista a cobrança coerciva de contribuições, juros de mora e custas alegadamente devidos ao IGFSS no montante total de 13.743 euros. A Sociedade procedeu ao pagamento e apresentou oposição à execução fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, este processo foi concluído, tendo um desfecho favorável à Sociedade.

## 15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	521.254	457.740
. Férias e subsídio de férias	323.731	345.493
. Segurança Social	76.160	82.054
Outros acréscimos de gastos	<u>1.344.857</u>	<u>158.452</u>
	<u>2.266.002</u>	<u>1.043.739</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros acréscimos de gastos" inclui saldos, no montante de 1.203.585 euros, relacionados com a transferência das instalações da Sociedade, nomeadamente relativos a custos com obras e equipamentos, para os quais a Sociedade ainda não recebeu as faturas dos fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros acréscimos de gastos" incluía saldos com partes relacionadas, nos montantes de 60.394 euros e 15.760 euros, respetivamente (Nota 22.3).

## 16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	31-12-2018	31-12-2017
Prestações de serviços de consultoria	7.357.327	6.736.164
Prestações de serviços de mediação de seguros (Nota 23)	107.912	107.869
	<u>7.465.239</u>	<u>6.844.032</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes de vendas e serviços prestados a partes relacionadas ascendem a 5.649.481 euros e 5.129.644 euros, respetivamente (Nota 22.3).

## 17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Trabalhos especializados	1.180.906	748.641
Rendas e alugueres	511.910	436.410
Deslocações e estadas	95.931	75.337
Honorários	54.987	47.723
Comunicação	37.091	37.532
Outros serviços	31.144	29.287
Combustíveis	27.427	19.844
Limpeza, higiene e conforto	23.248	16.304
Eletricidade	21.869	23.088
Reuniões e conferências	19.277	20.578
Material de escritório	15.106	18.089
Despesas de representação	12.797	8.212
Publicidade, marketing e propaganda	6.615	13.009
Conservação e reparação	4.634	13.017
Outros - serviços bancários	3.567	5.647
Artigos para oferta	2.411	1.682
Livros e documentação técnica	2.056	592
Seguros	750	97.528
	<u>2.051.725</u>	<u>1.612.521</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a variação da rubrica "Trabalhos especializados", refere-se fundamentalmente ao efeito do aumento dos custos globais do Grupo, por via da harmonização do processo de alocação dos custos entre todas as entidades do Grupo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (265.613 euros a 31 de dezembro de 2018 e 251.266 euros a 31 de dezembro de 2017).

Na rubrica de seguros, verifica-se uma variação negativa, na medida em que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi considerado qualquer valor específico relativo ao Professional Indemnity insurance, uma vez que estes custos foram refletidos ao nível da alocação global dos custos do Grupo, na rubrica "Trabalhos especializados".

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, rubrica "Fornecimentos e serviços externos" incluía saldos com partes relacionadas, nos montantes de 996.931 euros e 685.492 euros, respetivamente (Nota 22.3).

## 18. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações do pessoal	3.920.252	3.464.650
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	68.705	64.208
Indemnizações	70.700	86.402
Encargos sobre remunerações	834.168	751.617
Outros	197.752	159.572
	<u>5.091.577</u>	<u>4.526.448</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Remunerações do pessoal" inclui um valor referente a bónus de cerca de 508.000 euros e 334.000 euros, respetivamente.

A rubrica "Benefícios pós-emprego – contribuição definida" diz respeito aos custos com as contribuições efetuadas pela Sociedade para o plano de contribuição definida atribuído aos seus colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, encargos suportados com seguros e formação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 121 e 111, respetivamente.





## 19. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	<u>31-12-2018</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	108.279
Outros	2.587
	<u>110.867</u>

## 20. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Impostos	39.899	20.040
Abates de ativos fixos tangíveis	18.247	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	102.347
Outros	5.708	24.380
	<u>63.854</u>	<u>146.767</u>

## 21. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	39
Outros (Nota 22.3)	567	867
	<u>567</u>	<u>907</u>

## 22. Partes relacionadas

### 22.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede no Reino Unido, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

## 22.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 301.310 euros e 233.863 euros, respetivamente. O saldo inclui remunerações fixas, prémios e encargos.

## 22.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

31 de dezembro de 2018			
	Vendas e prestação de serviços (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e proveitos similares obtidos (Nota 21)
Towers Watson Limited	4 358.275	161.864	567
Willis Towers Watson GmbH	444.098	11 874	-
Towers Watson (Ireland) Limited	174.953	-	-
Towers Watson Software Limited	125.379	(7.927)	-
Willis Towers Watson Consulting SPRL/BVBA	119.711	-	-
Towers Watson AG	97 915	-	-
Towers Watson Italia Srl	86.712	-	-
Towers Watson de España SA	79.558	-	-
Willis Towers Watson SARL	76.750	(7.892)	-
Willis Corretores de Seguros, S.A.	71 689	-	-
Willis Towers Watson US LLC	9.925	202.079	-
Towers Watson Netherlands BV	2.378	16.793	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	2.204	-	-
Willis Risk Services (Ireland) Limited	16	-	-
Towers Watson Canada Inc.	(83)	-	-
Willis Group Services Limited	-	617 839	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	2 259	-
Willis Limited	-	40	-
	<b>5.649.481</b>	<b>996.931</b>	<b>567</b>

31 de dezembro de 2017			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e proveitos similares obtidos (Nota 21)
Towers Watson Limited	4.532.055	322.573	867
Towers Watson NV	258.356	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	94.475	317.128	-
Towers Watson (Ireland) Limited	85.085	-	-
Towers Watson AG	45.122	-	-
Towers Watson Software Limited	40.739	-	-
Towers Watson Netherlands BV	21.552	-	-
Willis Towers Watson SARL	17.196	20.551	-
Towers Watson de España SA	12.580	-	-
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	11.745	-	-
Towers Watson Middle East FZ-LLC	4.950	-	-
Towers Watson Italia Srl	4.610	-	-
Towers Watson Delaware Inc. Taipei Branch	1.166	-	-
Towers Watson Canada Inc.	157	-	-
Towers Watson GmbH	(147)	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	14.221	-
Willis Corretores de Seguros, S.A.	-	5.687	-
Willis Towers Watson Global Business Services, Inc.	-	5.001	-
Willis Group Services Limited	-	330	-
	<b>5.129.644</b>	<b>685.492</b>	<b>867</b>

Os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

31 de dezembro de 2018					
	Clientes (Nota 7)	Fornecedores (Nota 13)	Acréscimos de rendimento (Nota 10)	Acréscimos de gastos (Nota 15)	Sócios (Nota 9)
Towers Watson Limited	214.801	(46.713)	489.022	13.765	6.669.248
Willis Corretores de Seguros	72.796	-	-	65.448	-
Towers Watson Software Limited	23.991	-	-	-	-
Willis Towers Watson Consulting SPRL/BVBA	13.226	(2.235)	56.256	-	-
Willis Towers Watson US LLC	7.951	(55.333)	(2.807)	(18.819)	-
Towers Watson de España SA	7.445	-	14.325	-	-
Towers Watson AG	6.915	(1.950)	14.974	-	-
Towers Watson Italia Srl	6.522	-	1.421	-	-
Willis Towers Watson SARL	6.143	-	19.383	-	-
Towers Watson Middle East FZ-LLC	1.950	-	-	-	-
Willis Towers Watson GmbH	297	-	93.755	-	-
Towers Watson (Ireland) Limited	83	-	146.786	-	-
Willis Group Services Limited	42	(214.198)	-	-	-
Willis Risk Services (Ireland) Limited	16	-	-	-	-
Willis Human Capital and Benefits Ireland Limited	11	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	-	(632)	(99)	-	-
Towers Watson Canada Inc.	-	-	4	-	-
Towers Watson Global Business Services	-	(1.323)	-	-	-
Willis Limited	-	(40)	-	-	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	(281)	-	-	-	-
	<u>361.908</u>	<u>(322.424)</u>	<u>833.018</u>	<u>60.394</u>	<u>6.669.248</u>

31 de dezembro de 2017					
	Clientes (Nota 7)	Fornecedores (Nota 13)	Acréscimos de rendimento (Nota 10)	Acréscimos de gastos (Nota 15)	Sócios (Nota 9)
Towers Watson Limited	433.903	(88.285)	125.872	(21.761)	7.713.914
Towers Watson NV	50.686	(36.029)	7.059	(2.055)	-
Towers Watson GmbH	30.674	(22.538)	87.551	-	-
Towers Watson (Ireland) Limited	22.050	-	-	-	-
Towers Watson Software Limited	12.654	-	-	-	-
Willis Corretores de Seguros	8.610	-	-	26.874	-
Willis Towers Watson SARL	1.936	(20.551)	6.930	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	1.260	(96.989)	23.636	(18.819)	-
Towers Watson AG	621	-	0	-	-
Towers Watson Delaware Inc. Taipei Branch	8	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	-	-	10.740	-	-
Towers Watson Canada Inc.	-	323	132	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(3.661)	-	-	-
Towers Watson Global Business Services	-	(4.892)	-	-	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	-	(7.936)	-	-	-
	<u>562.402</u>	<u>(280.558)</u>	<u>261.919</u>	<u>(15.760)</u>	<u>7.713.914</u>

## 23. Divulgações exigidas por diplomas legais

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ascendem a 20.047 euros.

### Prestação de serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de mediação de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo (Nota 16)

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram integralmente recebidas em numerário e apresentavam a seguinte tipologia:

	31-12-2018	31-12-2017
Comissões	5.198	5.681
Honorários	102.713	102.188
	<u>107.912</u>	<u>107.869</u>

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo:

31 dezembro 2018

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
90.986	14.727	2.198	100,00%	-	-

31 dezembro 2017

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
86.511	15.677	5.681	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	31-12-2018	31-12-2017
Empresas de seguros	5.198	5.681
Clientes	102.713	102.188
	<u>107.912</u>	<u>107.869</u>

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, verificou-se somente uma entidade com nível de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, igual ou superior a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade (Nota 23.a).

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	31-12-2018		31-12-2017	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Empresas de seguros	-	-	-	-
Outros	42.268	-	36.030	-
	<u>42.268</u>	-	<u>36.030</u>	-

g) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	31-12-2018		31-12-2017	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outras quantias:				
- Honorários devidos à Sociedade por prestações de serviços	42.268	-	36.030	-
	<u>42.268</u>	-	<u>36.030</u>	-

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Para os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros, a Sociedade regista uma imparidade sempre que os saldos se encontrem vencidos há mais de 90 dias. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 existem valores a receber há mais de 90 dias, pelo que houve lugar ao registo de imparidade.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam obrigações contingentes.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.

l) Descrição da natureza de obrigações materiais

Esta informação encontra-se divulgada na Nota 4 – Fluxos de Caixa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam a seguinte composição:

31 dezembro 2018						
Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	90.986	14.727	2.198	100,00%	-	-
3820	45.103			41,80%		
1011		13.777	2.198	14,80%		
1093	15.295			14,17%		
3817	15.295			14,17%		
3814	15.295			14,17%		
1024		950		0,88%		



31 dezembro 2017

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	86.511	15.677	5.681	100,00%	-	-
3820	40.228			37,29%		
1011		13.777	5.681	18,04%		
3814	15.695			14,55%		
1093	15.295			14,18%		
3817	15.295			14,18%		
1024		1.900		1,76%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

## 24. Acontecimentos após a data de Balanço

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data de balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

A Gerência:



O Contabilista Certificado:

Telma Talagão



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 11.026.797 euros e um total de capital próprio de 8.194.327 euros, incluindo um resultado líquido de 71.120 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

PA

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliamos se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PA

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC

